

A CAPITAL

'Contestação pelo sensacionalismo'

A saga do jornal, no antigo regime: queda e ascensão, sem trair os seus valores, de um matutino fundado em 1968 e desaparecido há quatro anos.

Texto **Daniel Ricardo**

A CAPITAL

Director: HUGESTO LOPES Diretor Adjunto: MÁRIO NEVES

Ano 1 (21 - Maio)
N.º 1 - 1968
Quarta-feira
21 de Fevereiro
Folha 15.ª

Seu: RARHVE CORMO

REDAÇÃO: R. C. 4 - ALCANTARA, GRAFICA: LUTOPRINTA - BPA, 50 METEIS 24 - LISBOA 13 - TELEF. 5054-532, 5051 - TELER

Comentário Internacional por Carlos Torres

ADONDEMENTOS RELEVANTES

Parqueiros das Américas. Algumas das Américas foram apanhadas por um tipo de movimento que se desenvolveu em Portugal, Espanha e Itália. Este movimento, que se desenvolveu em Portugal, Espanha e Itália, é conhecido como o movimento de libertação da mulher. Este movimento é conhecido como o movimento de libertação da mulher. Este movimento é conhecido como o movimento de libertação da mulher.

CONTINUIDADE

Desde que foi criada, a imprensa portuguesa tem vindo a desenvolver uma linha de trabalho de carácter social e político. Esta linha de trabalho tem vindo a desenvolver uma linha de trabalho de carácter social e político. Esta linha de trabalho tem vindo a desenvolver uma linha de trabalho de carácter social e político.



Prós habidos emparaleladas em Zimoze 148, moradas com deparadas modernas

AMÉRICA 1967:

- 17 milhões de acidentes de trânsito
- 53 mil mortos
- 4356 243 feridos
- 230 milhões de casais de proleptas matrimoniais

NOTA: O número de acidentes de trânsito em 1967 foi de 17 milhões, o que representa um aumento de 10 por cento em relação a 1966. O número de mortos foi de 53 mil, o que representa um aumento de 10 por cento em relação a 1966.

Em 1967, a América registou 17 milhões de acidentes de trânsito, o que representa um aumento de 10 por cento em relação a 1966. O número de mortos foi de 53 mil, o que representa um aumento de 10 por cento em relação a 1966.

Robert Kennedy crítica o governo de Washington

Washington, 21 de fevereiro. - Robert Kennedy, senador democrata por Nova York, criticou o governo de Washington durante um discurso proferido na cidade de Nova York. Kennedy acusou o governo de não fazer o suficiente para acabar com a pobreza e de não ter uma política mais agressiva em relação ao Vietnã.

Regressa hoje a Lisboa na sua viagem ao Ultramar o Chefe do Estado

Lisboa, 21 de fevereiro. - O Sr. Américo Tomás, Chefe do Estado, regressa hoje a Lisboa de uma viagem de três semanas ao Ultramar. Durante a sua viagem, o Sr. Tomás visitou vários territórios ultramarinos e recebeu diversas delegações locais.

19 mortos nas sismos da Grécia

Atenas, 21 de fevereiro. - Um sismo de grande magnitude atingiu a Grécia há poucos dias, causando a morte de 19 pessoas e ferindo centenas de outras. O sismo ocorreu na zona central da Grécia e teve uma magnitude de 6,5 na escala de Richter. As autoridades estão a trabalhar para identificar os sobreviventes e prestar assistência às vítimas afetadas.

NOTA DO DIA

NOTA DO DIA - O Sr. Américo Tomás, Chefe do Estado, regressa hoje a Lisboa de uma viagem de três semanas ao Ultramar. Durante a sua viagem, o Sr. Tomás visitou vários territórios ultramarinos e recebeu diversas delegações locais.

HOJE: 48 PAGINAS INCLUIDO O SUPLEMENTO "LITERATURA E ARTE"

VISADO PELA CENSURA

Primeira página do primeiro número de A Capital

Num dia indeterminado do ano de 1971, Marcelo Caetano congelou um plano para transformar A Capital na «Época da tarde». Numa reunião na sua vivenda da Rua Duarte Lobo, no bairro lisboeta de Alvalade, com o seu parente Queiroz Pereira, administrador do Banco Espírito Santo e Comercial de Lisboa (BESCL), expôs-lhe a ideia que queria ver concretizada: «Toda a imprensa da manhã nos apoia; desgraçadamente, os vespertinos são contra nós. A Capital está numa situação de pré-falência. Peço-lhe que a compre e a faça seguir uma linha editorial semelhante à da Época.»

Tratava-se de pôr uma publicação do «revivalho» (alcunha da oposição) ao serviço do regime - a Época, um matutino nascido em 1970 da fusão do Diário da Manhã com A Voz, era uma espécie de órgão oficioso do partido único, a União Nacional, rebaptizado, em 1970, pelo presidente do Conselho de Ministros, com o nome de Acção Nacional Popular. E o negócio interessava ao banqueiro. Na iminência da publicação de uma nova Lei de Imprensa, os bancos preparavam-se já para tomar posição nas empresas jornalísticas, a fim de poderem exercer alguma influência sobre a opinião pública, numa altura em que se aguardavam profundas reformas económicas e ainda se acreditava que Marcelo Caetano tencionava liberalizar o regime, nomeadamente por via da extinção ou, pelo menos, do abrandamento da censura.

Com o BESCL à cabeça, um grupo de empresas, entre as quais a CUF, a Tabaqueira, a Sociedade Central de Cervejas e a SOREL, comprou, então, o jornal. E Queiroz Pereira, detentor da maioria do capital, não demorou a comunicar ao chefe e ao chefe adjunto de Redacção, Rodolfo Iriarte e Manuel Maria Beça Múrias, o que pretendia deles. Num breve encontro efectuado na sede da Cimianto, de que também era administrador, deixou os seus interlocutores perplexos, ao afirmar: «Sou um defensor da liberdade de expressão do pensamento. Por isso, n'A Capital, podem publicar o que entenderem. Só não consinto que hostilizem o Governo, a sua política ultramarina, a Igreja, as Forças Armadas e o BESCL, pois não comprei o jornal para vocês me prejudicarem os negócios.»

Mas o tiro saiu-lhes pela culatra, a Queiroz Pereira e a Marcelo Caetano. Por duas razões fundamentais: a resistência dos jornalistas, liderados por uma chefia de Redacção não alinhada com o poder, e as nomeações de um director dialogante, Manuel José Homem de Melo, e de um presidente do conselho de administração tecnocrata, Luís Fontoura, mais empenhado em fazer subir as receitas das vendas e da publicidade do que em servir o marcelismo.

Apesar da debandada da maioria dos colaboradores mais notáveis, A Capital não se transformaria, pois, numa Época da tarde. Pelo contrário. A grande aposta do jornal era a reportagem. E se, por um lado, nos seus textos, com títulos gritantes, se dramatizava, às vezes excessivamente, é certo, os acontecimentos relatados, por outro lado, estes nunca deixavam de ser socialmente contextualizados, transmitindo do País a imagem de miséria que o regime se esforçava por esconder dos portugueses e do mundo. Homem de Melo foi várias vezes chamado à pedra por Moreira Baptista, secretário de Estado da Informação e Turismo, por causa de textos e fotos saídos no jornal, que tinham desagradado profundamente a Marcelo Caetano.

O chefe do Governo considerava que A Capital «fazia contestação pelo sensacionalismo». Referindo-se ao Diário Popular e a A Capital, escreveria, em Depoimento (1974, Ed. Record, Rio de Janeiro/S. Paulo), que, «nas suas redacções,



Maurício de Oliveira, o primeiro chefe de Redacção, falando com o redactor de Desporto, Fernando Garcia. Atrás dele, à direita, o tubo através do qual os textos e as ilustrações seguiam para a tipografia da SNT. Na foto, também à direita, Rogério Fernandes

Manuel José
Homem de
Mello, um
director
dialogante



Martins de
Carvalho,
director por dois
meses





As linotypes nas quais foram compostos os textos publicados. Daniel Ricardo com um paginador, nas oficinas da Sociedade Nacional de Tipografia



especialmente no último, preponderavam elementos comunistas ou simpatizantes». Sem razão. Que se saiba, na Redacção de A Capital, comunistas havia só um, António dos Santos, futuro presidente do Sindicato dos Jornalistas. Em 1973, a PIDE encarcerou-o em Caxias...

Para se compreender este jornal e porque sobreviveu aos abalos que marcaram a sua existência, nos anos 70, impõe-se recuar até aos finais da década de sessenta.

'Flashback'

Ao apresentarem a demissão à administração do Diário de Lisboa (DL), em 6 de Novembro de 1967, o director e o director-adjunto do vespertino da Rua Luz Soriano, Norberto Lopes e Mário Neves, ainda não sabiam que esse seu gesto de protesto ficaria na história da Imprensa portuguesa como o acto fundador de A Capital.

Foi uma corrida contra o tempo. Mas, três meses e meio depois, a 21 de Fevereiro de 1968, o n.º 1 do novo jornal já estava nas bancas, podendo afirmar-se, atendendo à sua linha editorial, que concorria mais directamente com o DL do que com os outros dois diários da tarde, o Popular e o República.

Norberto Lopes e Mário Neves tinham entrado em rota de colisão com o administrador delegado da Renascença Gráfica, proprietária do DL, António Pedro (Piqui) Ruela Ramos, então com vinte e poucos anos, acusando-o de ingerência no campo da competência exclusiva da direcção, o que, na época, era encarado como uma grave violação da tradicional «divisão de poderes», em vigor na Imprensa.

Na carta em que pedia a demissão, a sua e a de Mário Neves, Norberto Lopes, que também pertencia à administração, afirmava que se haviam registado «entre a empresa e a direcção divergências fundamentais acerca da factura do jornal e da intervenção que a entidade administrativa pretende ter na própria direcção, o que de algum modo pode afectar a orientação seguida pelo 'Diário de Lisboa' desde a sua fundação». Queixava-se: «O sr. dr. António Pedro não só insistia em intervir directamente na Redacção, dando ordens ao chefe sem consultar a direcção (por exemplo: mandando colocar na primeira página, como aliás já acontecera com matéria paga, que nunca o 'Diário de Lisboa' aceitou nessa página, aquilo que lhe apetecesse), como queria que o seu nome passasse a figurar na cabeça do jornal na qualidade de sub-director...»

Por outro lado, os dois jornalistas rejeitavam a mediação do conflito por um antigo funcionário do Departamento de Publicidade do jornal, António Lopes do Souto, a quem Norberto Lopes se refere deste modo, sem nunca o tratar pelo nome, num artigo publicado na edição comemorativa do 11.º aniversário de A Capital (Marcelo Caetano e A Capital, 21/02/79): (A briga) «teve origem na cobertura excessiva que a administração deu a um angariador de anúncios com pretensões a jornalista, que queria ser tratado em pé de igualdade com os redactores. Por mais estranho que pareça, o ressentimento desse indivíduo proveio de não ter sido convidado a participar de uma fotografia que reuniu a redacção, pouco tempo depois de eu ter assumido o cargo de director.»

Mas o que estava em causa era, também, a desconfiança da direcção relativamente à vontade de António Pedro, filho de um dos patrões da empresa, João Ruela

Ramos, de modernizar o jornal e, nomeadamente, o seu aspecto gráfico, através da introdução, nas oficinas, de uma rotativa de offset, solução insistentemente defendida por Lopes do Souto, a quem os jornalistas já chamavam Offsouto. Num documento datado de 25 de Julho de 1967, o jovem administrador anunciara: «(...) tenciono pôr em execução o plano traçado pelo Conselho de Administração, com o qual se pretende a actualização de toda a orgânica do jornal, o que implica uma completa reorganização de serviços, a modernização dos métodos de trabalho e um maior apuro técnico.» E era a tais transformações, determinadas pela adopção da nova tecnologia de impressão, que os directores resistiam. Na mencionada carta de 6 de Novembro, justificando essa atitude, Norberto Lopes dizia ter advertido a administração dos perigos que adivinhava: «(...) o 'Diário de Lisboa' gozava da melhor aceitação em todos os sectores e de incontestável prestígio na opinião pública, aceitação e prestígio que se podiam comprometer irremediavelmente se tomasse por caminhos diferentes daqueles que tinha trilhado até aqui, pondo de lado uma certa sobriedade gráfica e a seriedade da sua factura, numa palavra, descaracterizando-se (...)»

Para a direcção do DL, a bête noir sempre fora, todavia, Lopes do Souto. No artigo Marcelo Caetano e A Capital, Norberto Lopes não o poupa: «(...) entregou-se à tarefa malévola de tecer uma intriga insidiosa» entre os directores e António Pedro. «Esse desentendimento, agravado pelo referido angariador de anúncios no papel de mediano (…), levou à saída (do DL) do director, do director adjunto e de sete redactores, aos quais se juntou, pouco tempo depois, o chefe dos serviços administrativos.»

Curiosamente, o primeiro número do Diário de Lisboa impresso em offset só sairia passados quatro anos, em Outubro de 1971...

'Nem demagogia nem subserviência'

Foi, pois, aquele grupo que fundou A Capital, ressuscitando o título de um jornal que, sob a direcção de Manuel Guimarães, atravessara com êxito a I República, tendo saído, ininterruptamente, entre 1910 e 1938. Esse título estava na posse da família Covões, proprietária do Coliseu dos Recreios, que o cedeu, por um preço simbólico, exigindo apenas que a nova publicação não traísse os valores republicanos inspiradores da sua antepassada.

Liderado por Norberto Lopes e Mário Neves, que assumiriam a direcção de A Capital, o grupo de fundadores integrava os jornalistas Maurício de Oliveira, futuro chefe de Redacção, Carlos Machado, Manuel Nunes, Alves Fernandes, Fernando Soromenho, Álvaro Salema e Carlos Ferrão, bem como Quinhones de Sá que desempenharia o cargo de director do departamento administrativo. Os dez criaram, então, uma empresa – a Sociedade Gráfica da Capital, SARL - em que ficaram com posições privilegiadas «para assegurar a independência do jornal», submetendo a subscrição pública «o resto do montante necessário, numa ampla dispersão de fundos e verdadeira democratização do capital», conforme conta Mário Neves, num artigo publicado no referido número comemorativo dos 11 anos de vida do jornal (D'A Capital de 1910 à Capital de 1968). A operação teve um grande sucesso e, do enorme rol de subscritores, alguns dos quais entraram com apenas cem escudos,



**Norberto Lopes e
Mário Neves, no
seu gabinete da
Rua do Século**

faziam parte individualidades de grande notoriedade, na época, e de diversas áreas políticas e sectores de actividade, como Fernando da Fonseca, Adelino da Palma Carlos, Fausto Lobo de Carvalho, António Cortezão, Américo Covões, Armando Adão e Silva, Vasco da Gama Fernandes, Manuel Maria Calvet de Magalhães, Manuel d'Agro Ferreira, Alice Gomes, Vale de Guimarães, Artur Cunha Leal, Trigo de Negreiros, José Paradela de Oliveira, Jorge e José Teodoro dos Santos Teles, Mário Damas Mora, Nuno Rodrigues dos Santos e Emílio d'Epiney Patrício. Mas o principal investidor foi Júlio Calheiros, conde da Covilhã, do Grupo Quina, através do seu Banco Borges e Irmão.

O que ainda hoje causa surpresa é, todavia, ter Salazar autorizado a publicação de *A Capital*, sabendo não serem os respectivos directores afectos ao regime. Rodolfo Iriarte que, durante mais de 20 anos, exerceu funções de chefe de Redacção, várias vezes de director interino e, entre 1984 e 1988, de director efectivo, tem uma explicação. Segundo disse à JJ, terá sido Soares da Fonseca, importante figura do salazarismo, que era muito amigo de Maurício de Oliveira, quem convenceu o sub-secretário de Estado da Presidência do Conselho de Ministros, Paulo Rodrigues, a desbloquear o processo que envolvia o pagamento de uma caução e a habilitação do director, garantindo-lhe que *A Capital* não seria hostil a Salazar. Já Ana Cabrera, avanta outra hipótese, no seu livro *Marcello Caetano: Poder e Imprensa* (2006, Livros Horizonte, Lisboa): a amizade dos almirantes Américo Tomás e Henrique Tenreiro por Maurício de Oliveira e o facto de Mário Neves ser secretário-geral da

FIL (Feira das Indústrias de Lisboa) configuravam «interesses de vária ordem (...) suficientes para patrocinar a autorização do novo título». Na altura, também se falava de cumplicidades maçónicas... Seja como for, na primeira página do primeiro número, sob o título Continuidade, resumia-se assim a linha editorial do jornal: «Nem demagogia irresponsável nem aquiescência subserviente para com os actos do poder.»

Sujeita, como todos os outros órgãos de informação, o teatro, o cinema, os livros e até as letras das músicas que os cegos cantavam nas ruas, ao lápis azul, sempre rigoroso e frequentemente estúpido, dos oficiais da censura, A Capital não podia noticiar o que de verdadeiramente relevante se passava no País e no mundo. Por isso, naquela primeira página inaugural, além do artigo de fundo e da Nota do Dia, da autoria, respectivamente, de Mário Neves e Norberto Lopes, bem como do comentário internacional de Carlos Ferrão, o que se destacava era uma foto a três colunas, logo abaixo do cabeçalho, de três beldades australianas de visita a Portugal. De resto, sucediam-se, numa já antiquada «paginação em pistola», um retrato da América no ano anterior, comprado à agência Reuters, a informação de que 19 pessoas tinham morrido, devido a sismos na Grécia, e a inevitável notícia oficial: Regressa hoje a Lisboa da sua viagem ao Ultramar o Chefe de Estado. Desinteressante? Ainda assim, a edição vendeu cerca de 100 mil exemplares. Por se tratar de uma novidade, no panorama da Imprensa portuguesa? Sem dúvida. Mas também devido à qualidade dos colaboradores, nomeadamente dos suplementos Literatura e Arte, dirigido por Álvaro Salema, e Ela & Eles, da responsabilidade do pedagogo Calvet de Magalhães, no qual a mulher era tratada como cidadã e não como dona de casa ou consumidora de futilidades. Jorge Amado, José Régio, Mário Dionísio, José Saramago, Maria Teresa Horta, António Ramos Rosa, Francine Benoit, Eduarda Dionísio, Luís Miguel Cintra, Isabel da Nóbrega, António Torrado, Manuel da Fonseca (que também escreveu reportagens para o caderno principal) figuravam entre esses colaboradores.

Um salão com lareira

Até 1972, A Capital esteve instalada num velho casarão, no n.º 34 da Rua do Século, mesmo em frente do enorme edifício da Sociedade Nacional de Tipografia (SNT) que editava O Século, o Século Ilustrado, a Vida Mundial e o Modas e Bordados. A Redacção funcionava no 1º andar, num salão que dava para o estreito gabinete da direcção e onde, do lado oposto, havia uma lareira de mármore, entre duas janelas com vista para o largo fronteiro à porta principal da SNT, a lembrar que já ali haviam residido famílias burguesas, talvez de comerciantes. Era, contudo, nas oficinas daquela empresa jornalística que uma equipa de tipógrafos, pertencente ao quadro de A Capital, fabricava o jornal – composição em linotype, execução de gravuras de zinco e impressão – sob o comando do competente e rabugento chefe Almiro Soares. Sentado à secretária, junto da lareira, Maurício de Oliveira ia accionando o mecanismo pneumático que enviava os originais dos textos e das ilustrações para a tipografia e de lá trazia as provas de granel, fazendo-os viajar dentro de canudos de plástico, através de um longo tubo que atravessava a rua, à altura dos telhados, ligando os dois prédios.

Em A Capital só havia duas secções, a de Estrangeiro e a de Desporto, que ocu-

pavam uma pequena divisão com três mesas. Quanto ao resto, a Secretaria de Redacção apertava-se num cubículo sem janelas, onde telexes debitavam, ruidosamente, os despachos da Reuters, France Press e ANI, e os colaboradores dos suplementos amontoavam-se na antiga cozinha.

Dos redactores que trabalhavam em open space, no salão, segundo a fórmula «tudo ao molho e fé nas fontes», como se dizia, alguns (Alfredo Barroso, António Carlos de Carvalho, Hélder Pinho, João Mendes, Luís Barros, António Borges Coelho, Rodolfo Iriarte e o autor deste texto) eram jovens em início de carreira a quem os mais experientes, sobretudo Rogério Fernandes e Afonso Serra, se esforçavam por desvendar os segredos da profissão. «Queremos fazer de A Capital uma escola de jornalismo», costumava dizer Mário Neves. Com efeito, a pouco e pouco, o grupo de repórteres A e B, duas categorias profissionais então em vigor, foi-se ampliando, com as entradas, entre outros, de Edite Esteves, Cáceres Monteiro, Luís Almeida Martins, Miguel Serras Pereira, João Vaz, Fernando Gaspar, Carlos Gil e Fernando Ricardo.

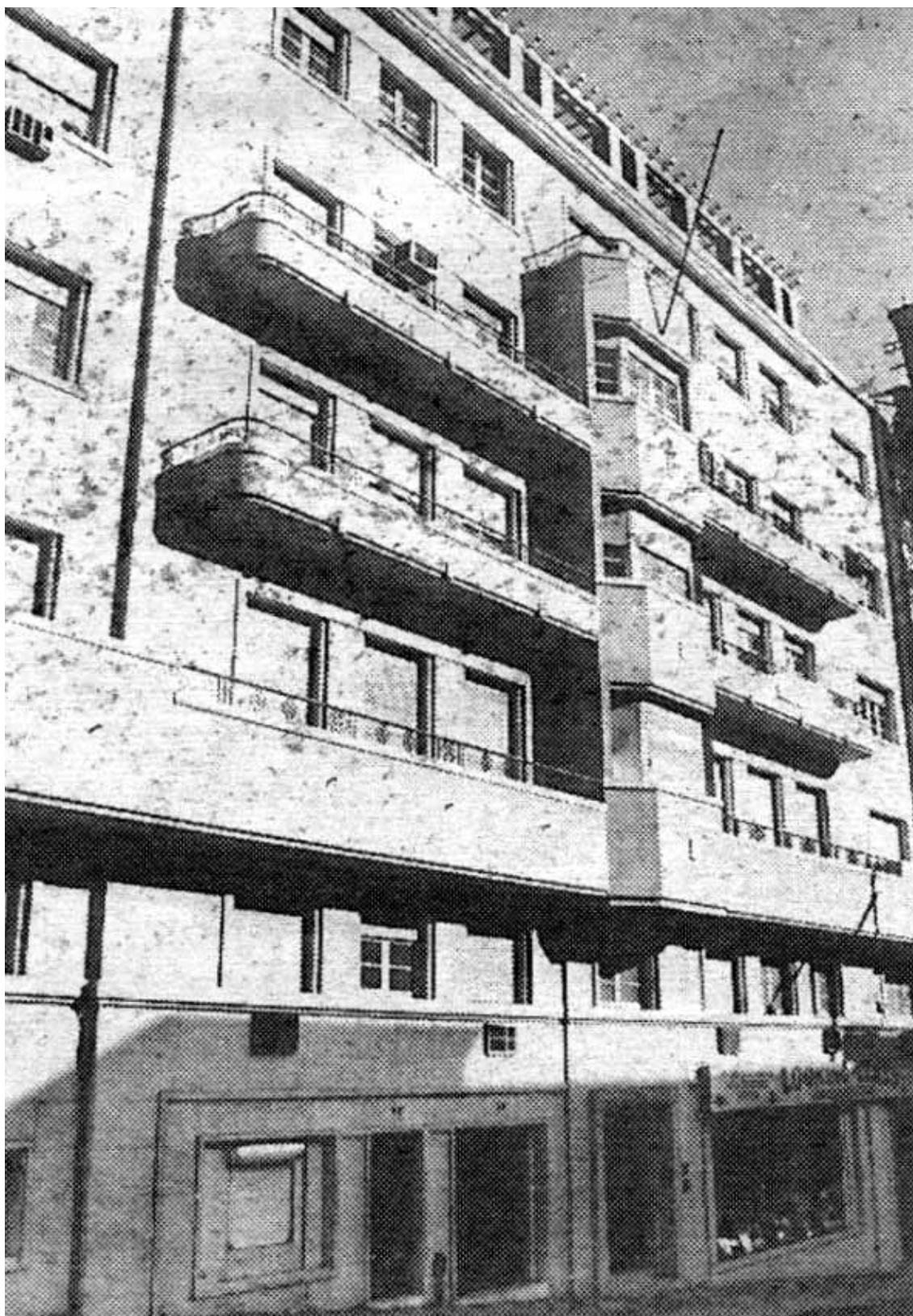


O n.º 34 da Rua do Século. A Capital ocupava o rés-do-chão e o 1.º andar

O destino do dinheiro

Até 1970, tudo correu bem. O interesse do público por acontecimentos como a queda de uma cadeira, no Forte de Santo António, no Estoril, e a consequente doença de Salazar, a sua substituição por Marcelo Caetano, as eleições de 1969 e a participação do Benfica na Taça dos Campeões Europeus (em 1968, disputou a final com o Manchester United e perdeu por 4-1) originou sucessivos aumentos das vendas dos jornais e, pois, a subida de receitas, o que, no caso de A Capital, permitiu recrutar mais jornalistas e equipar a Redacção com máquinas de escrever. Mas, ao passo que o Diário de Lisboa se modernizara, adoptando um desenho gráfico mais leve e elegante, em finais de 1969 A Capital parecia ter parado no tempo. E quando começou a perder leitores e a publicidade desatou a fugir, alguns dos fundadores alienaram as quotas. O primeiro a abandonar o barco fora, porém, Carlos Ferrão, zangado com a direcção por esta ter retirado da 1.ª página o seu comentário internacional. Depois, saíra Mário Neves, «desiludido com o rumo que as coisas estavam a tomar». E, um pouco mais tarde, em Abril de 1970, Norberto Lopes, pelo mesmo motivo. Assumiu, então, a direcção do jornal Maurício de Oliveira, que já se reformara, mas aceitou o convite do conselho de administração para regressar ao trabalho, a fim de manter o jornal à tona da água, nesse período tempestuoso, ele que se considerava um marinheiro frustrado. Por essa altura, Rogério Fernandes era o chefe de Redacção e Rodolfo Iriarte e Manuel Batoreo os subchefes.

Entretanto, na sequência da morte do conde da Covilhã, o Banco Borges & Irmão desinteressara-se de A Capital e dera início às negociações para a compra do Diário Popular e do Jornal do Comércio. Para que A Capital sobrevivesse, tornava-se



A sede de A Capital, na rua Joaquim António de Aguiar. A Redacção ficava no 1.º andar

necessária uma boa injeção de dinheiro. E o grupo liderado pelo BESCL, criou a SEGE – Sociedade de Estudos e Gestão de Empresas, Lda, para adquirir os mil contos de quotas dos fundadores, tornar o jornal economicamente viável e tentar cumprir os desígnios de Marcelo Caetano.

Junho de 1971: Manuel José Homem de Melo e Fialho de Oliveira, que se manteve muito pouco tempo no cargo, são os novos director e director adjunto. Luís Fontoura, indicado, ao que constava, por Moreira Baptista, assume a presidência do conselho de administração, do qual também fazem parte Fernando Parro Nogueira, pela CUF, e Mascarenhas de Lemos, em representação de seu tio Queiroz Pereira. Rogério Fernandes passa a redactor principal e Rodolfo Iriarte a chefe de Redacção, tendo, como subchefes, Manuel Batoreo e Fernando Carneiro. Jornalistas (que já eram mais de 40) tipógrafos e serviços administrativos instalam-se na Avenida Joaquim António de Aguiar. Apetrecha-se a tipografia, cave, com maquinaria moderna. Pela primeira vez na vida do jornal, há desafogo económico. Os seus repórteres cobrem todos os grandes acontecimentos, no País e no estrangeiro, desde a quarta guerra israélo-árabe, dos dois lados do conflito, à participação de equipas portuguesas nos campeonatos internacionais de futebol. As vendas saltam de 8 mil para 40 mil exemplares, em menos de um ano.

Tendo sido um dos primeiros jornais portugueses a eleger um Conselho de Redacção, não surpreende que A Capital se tenha tornado, por estes dias, num autêntico fórum de debates sobre a ética da profissão, em que se multiplicavam as críticas ao sensacionalismo que frequentemente marcava, reconhece-se, as opções editoriais. Ficou famosa, entre outras, uma série de reportagens sobre um tal «leão de Rio Maior» que, após várias manchetes relativas aos seus ataques a ovelhas e galinheiros e às batidas, promovidas para o abater, com a participação de caçadores de todo País, se concluiu não passar, afinal, de um pobre cão esfomeado...

Mas esta é apenas uma parte da história. Da outra, bastará dar este exemplo: após meia dúzia de números, um suplemento sobre a campanha eleitoral de 1973 foi proibido, sem que a censura autorizasse a publicação de uma qualquer justificação aos leitores. Motivo: concedia um pouco mais de espaço, nas suas páginas, ao conjunto das forças políticas da oposição do que ao partido único... Consequência deste e de muitos outros casos: em Fevereiro de 1974, Homem de Melo foi substituído por um antigo ministro da Saúde de Salazar, Martins de Carvalho, que levou consigo para o jornal, como subdirector, José Júlio Gonçalves (esse mesmo, o futuro reitor da Universidade Moderna).

Com a chegada dos novos directores, cuja missão consistia em pôr A Capital (politicamente) na ordem, gerou-se um clima de tensão - que o novo presidente do conselho de administração, major A. Farrusco, bem tentou, embora em vão, amenizar - entre a direcção e a chefia de Redacção, então composta por Rodolfo Iriarte, Manuel Beça Múrias, eu próprio, Appio Sottomayor, Cáceres Monteiro e Mário Alexandre. Por pouco tempo: aquela dupla ultra-conservadora seria demitida pelos jornalistas, reunidos em plenário, na noite de 25 de Abril de 1974. Mas nem durante esse curto período, o jornal perdeu a sua forte personalidade. O dinheiro que Marcelo Caetano desejara ver aplicado na transformação de A Capital na Época da tarde, continuou, até ao fim do marcelismo, a ser investido... na «contestação pelo sensacionalismo». ■